



Sumário

Parte I Teoria Geral do Direito Civil

1. Introdução ao Estudo do Direito Civil	3
1. Acepções do vocábulo direito	3
1.1 Direito objetivo e direito subjetivo	3
1.2 Direito natural e direito positivo.....	4
2. Ordenamento e sistemas jurídicos	5
3. Fontes do Direito	6
3.1 Lei.....	7
3.1.1 Princípios e formas de interpretação das leis	8
3.2 Princípios gerais do Direito	11
3.2.1 Princípios norteadores do Direito Civil: socialidade, operabilidade e eticidade	13
3.3 Jurisprudência	14
3.4 Doutrina.....	17
3.5 Costume	19
4. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei 4.657/42)	19
4.1 Vigência das leis	20
4.1.1 Obrigatoriedade e eficácia das leis	21
4.1.2 Continuidade e revogação das leis	22
4.1.3 Irretroatividade das leis	22
4.1.4 Especialidade das leis.....	23
4.1.5 Eficácia repristinatória.....	23
4.2 Conflito de leis no tempo e no espaço	24
4.2.1 Conflito de leis no tempo	24

4.2.2	Conflito de leis no espaço	26
5.	Breve histórico da codificação do Direito Civil brasileiro	26
2.	Teoria das Pessoas (arts. 1º a 78).....	35
1.	Teoria da personalidade jurídica	35
1.1	Crise da personalidade jurídica	35
1.2	Categorias de pessoas	37
2.	Pessoa natural.....	38
2.1	Pessoa natural: o início da personalidade e a questão do nascituro.....	38
2.2	Pessoa natural: fim da personalidade.....	41
2.2.1	Testamento vital.....	45
2.3	Teoria das capacidades	46
2.3.1	Crítica à doutrina	47
2.3.2	O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a teoria das capacidades ...	48
2.3.3	Incapacidade de fato absoluta.....	49
2.3.4	Incapacidade de fato relativa.....	50
2.3.5	Crítica à nova disciplina da capacidade de fato após a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	51
2.3.6	Maioridade e emancipação	53
2.4	Estado	55
2.5	Ausência	56
2.5.1	Hipóteses de ausência	57
2.5.2	Procedimento e fases da declaração de ausência	57
2.5.2.1	Curadoria dos bens do ausente.....	57
2.5.2.2	Abertura da sucessão provisória.....	59
2.5.2.3	Declaração da morte presumida e abertura da sucessão definitiva.....	61
2.6	Domicílio da pessoa natural e da pessoa jurídica.....	62
2.7	Direitos da personalidade	65
2.7.1	Tutela dos direitos da personalidade	67
2.7.2	Considerações acerca de alguns direitos da personalidade	68
2.7.2.1	Direito à busca da felicidade e à realização plena ...	68
2.7.2.2	Direito à integridade física	70
2.7.2.3	Direito ao nome.....	71
2.7.2.4	Direito à imagem	75
2.7.2.5	Direito à privacidade e à proteção dos dados pessoais	77
2.7.2.6	Direito ao esquecimento.....	78
2.8	Entes de capacidade reduzida.....	80

3. Pessoas Jurídicas	82
3.1 Teorias sobre a pessoa jurídica.....	84
3.2 Pessoa jurídica: início da personalidade.....	85
3.3 Pessoa jurídica: fim da personalidade.....	85
3.4 Categorias de pessoa jurídica	86
3.4.1 Associações	87
3.4.2 Sociedades	88
3.4.3 Fundações.....	89
3.5 Nome da pessoa jurídica.....	91
3.6 Teoria da desconsideração da personalidade jurídica	92
3. Teoria dos Bens (arts. 79 a 103)	103
1. Bens considerados em si mesmos	104
1.1 Bens móveis e imóveis.....	104
1.2 Bens fungíveis ou infungíveis.....	105
1.3 Bens consumíveis e inconsumíveis.....	106
1.4 Bens divisíveis e indivisíveis	106
1.5 Bens singulares ou coletivos	106
1.6 Bens públicos ou particulares.....	107
2. Bens reciprocamente considerados.....	108
2.1 Bens principais, acessórios e pertenças.....	108
2.2 Frutos e produtos	110
2.2.1 Frutos	110
2.2.2 Produtos	110
2.3 Benfeitorias e acessões.....	111
2.3.1 Benfeitorias	111
2.3.2 Acessões.....	111
2.3.3 Necessidade da distinção entre benfeitorias e acessões – con- sequências jurídicas diversas	112
3. Bem de família	113
4. Teoria dos Fatos Jurídicos	119
1. Fatos jurídicos em sentido estrito.....	119
2. Atos jurídicos	120
5. Negócios Jurídicos (arts. 104 a 114 e 121 a 185)	123
1. Espécies de atos jurídicos lícitos.....	123
1.1 Atos jurídicos voluntários.....	123
1.2 Negócios jurídicos	124

2. Elementos dos negócios jurídicos	124
2.1 Elementos intrínsecos	124
2.1.1 Elementos essenciais	124
2.1.2 Elementos acidentais.....	124
2.2 Elementos extrínsecos	125
3. Requisitos de validade dos negócios jurídicos.....	125
3.1 Capacidade dos sujeitos	125
3.2 Possibilidade, licitude e determinabilidade do objeto.....	126
3.3 Licitude do motivo determinante	127
3.4 Observação da forma prescrita ou não defesa em lei.....	128
4. Modalidades dos atos jurídicos.....	129
4.1 Ato puro e simples	129
4.2 Ato condicional	129
4.2.1 Ato sujeito a condição suspensiva.....	130
4.2.2 Ato sujeito a condição resolutiva.....	130
4.2.3 Impossibilidade e ilicitude da condição	131
4.2.3.1 Condições ilícitas.....	131
4.2.3.2 Condições física ou juridicamente impossíveis.....	132
4.2.3.3 Condições de não fazer coisa impossível	132
4.2.4 Eficácia do implemento da condição.....	132
4.2.5 Interferência voluntária no implemento da condição	133
4.3 Ato sujeito a termo.....	133
4.3.1 Contagem de prazo	133
4.4 Ato modal	134
5. Classificação dos negócios jurídicos	135
5.1 Atos unilaterais e atos bilaterais	135
5.2 Atos gratuitos e atos onerosos	135
5.3 Atos <i>inter vivos</i> e atos <i>causa mortis</i>	135
5.4 Atos principais e atos acessórios	136
5.5 Atos solenes e consensuais.....	136
5.6 Atos causais e atos abstratos	136
5.7 Atos <i>intuitu personae</i> e atos impessoais.....	136
6. Interpretação da vontade nos negócios jurídicos.....	137
7. Invalidade dos negócios jurídicos	139
7.1 Nulidade dos negócios jurídicos.....	140
7.1.1 Hipóteses de nulidade.....	140
7.1.1.1 Incapacidade do sujeito	140
7.1.1.2 Ilicitude, impossibilidade ou indeterminabilidade do objeto	140

7.1.1.3	Ilicitude do motivo determinante.....	141
7.1.1.4	Forma em desacordo com a lei.....	141
7.1.1.5	Preterição de solenidade legal.....	141
7.1.1.6	Objetivo de fraudar lei imperativa.....	142
7.1.1.7	Previsão legal.....	142
7.1.1.8	Simulação.....	142
7.1.2	Ato inexistente.....	144
7.1.3	Direito e dever de alegar nulidades.....	144
7.1.4	Produção indireta de efeitos do ato nulo.....	145
7.1.5	Crítica à nulidade do negócio jurídico.....	145
7.2	Anulabilidade dos negócios jurídicos.....	145
7.2.1	Convalidação dos atos anuláveis.....	145
7.2.2	Vícios do ato jurídico.....	147
7.2.2.1	Erro.....	147
7.2.2.2	Dolo.....	152
7.2.2.3	Coação.....	155
7.2.2.4	Estado de perigo.....	157
7.2.2.5	Lesão.....	158
7.2.2.6	Fraude contra credores.....	160
7.2.3	Ação anulatória.....	164
8.	Prova dos negócios jurídicos.....	165
6.	Atos Ilícitos (arts. 186 a 188).....	173
7.	Representação (arts. 115 a 120).....	177
8.	Prescrição e Decadência (arts. 189 a 211).....	179
1.	Prescrição.....	179
1.1	Prazos prescricionais.....	181
1.2	Impedimento e suspensão do prazo prescricional.....	184
1.2.1	Causas impeditivas ou suspensivas.....	185
1.2.1.1	Constância da sociedade conjugal.....	185
1.2.1.2	Poder familiar.....	186
1.2.1.3	Tutela ou curatela.....	186
1.2.1.4	Incapacidade absoluta.....	187
1.2.1.5	Serviço público fora do país.....	187
1.2.1.6	Atuação em guerra.....	187
1.2.1.7	Pendência de condição suspensiva.....	187
1.2.1.8	Prazo não vencido.....	188

1.2.1.9	Pendência de ação de evicção	188
1.3	Interrupção do prazo prescricional	188
1.3.1	Causas interruptivas.....	189
1.3.1.1	Citação	189
1.3.1.2	Protesto	190
1.3.1.3	Apresentação do título de crédito	190
1.3.1.4	Mora	190
1.3.1.5	Ato inequívoco de reconhecimento do direito	190
1.4	Prestações imprescritíveis	191
1.5	Prescrição intercorrente	191
2.	Decadência	193
2.1	Decadência legal.....	194
2.2	Decadência convencional	194

Parte II

Direito das Obrigações

1.	Direitos Absolutos e Direitos Relativos.....	199
2.	Noção de Obrigação	203
1.	Conceito de obrigação	203
1.1	Obrigação em sentido amplo	203
1.2	Obrigação em sentido estrito	205
2.	Elementos das obrigações.....	206
2.1	Elementos essenciais.....	206
2.1.1	Sujeitos.....	206
2.1.2	Objeto	206
2.1.3	Vínculo jurídico.....	207
2.2	Teorias acerca da essência da obrigação	208
2.3	Elementos acidentais	209
2.3.1	Condição, termo e encargo	209
3.	Classificação das Obrigações (arts. 233 a 285)	211
1.	Classificação das obrigações quanto ao objeto	211
1.1	Obrigações de dar	211
1.1.1	Obrigações de dar coisa certa	212
1.1.1.1	Hipóteses de perda e deterioração do objeto da prestação em obrigação de dar coisa certa.....	213

1.1.1.2	Melhoramentos e acréscimos do objeto da prestação em obrigação de dar coisa certa.....	215
1.1.2	Obrigações de dar coisa incerta.....	216
1.1.3	Execução judicial das obrigações de dar	217
1.1.3.1	Execução de obrigação de dar constante de título executivo extrajudicial	217
1.1.3.2	Execução de obrigação de dar constante de título executivo judicial.....	219
1.2	Obrigações de fazer	221
1.2.1	Fungibilidade da prestação	222
1.2.2	Impossibilidade superveniente da prestação	223
1.2.3	Execução judicial das obrigações de fazer	223
1.2.3.1	Execução de obrigação de fazer constante de título executivo extrajudicial	223
1.2.3.2	Execução de obrigação de fazer constante de título executivo judicial.....	224
1.3	Obrigações de não fazer	226
1.3.1	Impossibilidade superveniente da prestação negativa	227
1.3.2	Divisibilidade ou não da prestação negativa.....	227
1.3.3	Inexecução da obrigação de não fazer.....	228
1.3.4	Execução judicial das obrigações de não fazer.....	228
1.3.4.1	Execução de obrigação de não fazer constante de título executivo extrajudicial.....	228
1.4	Obrigações divisíveis e indivisíveis.....	229
1.4.1	Pluralidade de sujeitos.....	230
2.	Classificação das obrigações quanto aos sujeitos: obrigações solidárias.....	231
2.1	Diferenças entre obrigação solidária e obrigação indivisível.....	233
2.2	Vínculo interno da solidariedade.....	234
2.3	Elementos não essenciais da obrigação solidária	234
2.4	Solidariedade ativa.....	235
2.4.1	Pagamento fracionado	235
2.4.2	Intransmissibilidade da solidariedade <i>causa mortis</i>	236
2.4.3	Conversão da obrigação solidária em perdas e danos.....	236
2.4.4	Remissão da dívida por um dos credores	236
2.4.5	Oponibilidade de exceções pessoais	236
2.5	Solidariedade passiva.....	237
2.5.1	Chamamento ao processo	238
2.5.2	Oponibilidade de exceções pessoais	239
2.5.3	Intransmissibilidade da solidariedade <i>causa mortis</i>	239

2.5.4	Impossibilidade da prestação.....	239
2.5.5	Juros moratórios e multa	239
2.5.6	Renúncia da solidariedade	240
2.5.7	Vínculo interno: presunção de igualdade de quotas; interesse imediato de um dos devedores na prestação	240
3.	Classificação das obrigações quanto a elementos não essenciais.....	241
3.1	Obrigações alternativas	241
3.1.1	Execução judicial das obrigações alternativas	242
3.2	Obrigações facultativas	243
3.3	Obrigações cumulativas	244
3.4	Obrigações principais e acessórias.....	245
3.5	Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais.....	246
3.6	Obrigações de meio e de resultado.....	246
3.7	Obrigações civis e naturais	247
3.8	Obrigações <i>propter rem</i>	248
3.9	Obrigações contínuas	249
4.	Extinção Natural das Obrigações (arts. 304 a 359)	253
1.	Teoria do pagamento.....	254
1.1	Natureza jurídica do pagamento.....	254
1.2	Daqueles que devem pagar	255
1.2.1	Terceiro interessado e não interessado	256
1.3	Daqueles a quem se deve pagar.....	258
1.3.1	Pagamento feito ao credor cujo crédito foi penhorado ou impugnado	258
1.3.2	Pagamento feito ao credor putativo	258
1.3.3	Pagamento feito ao credor incapaz de dar quitação	259
1.4	Objeto do pagamento	260
1.4.1	Princípios da identidade, da integridade e da indivisibilidade	260
1.4.2	Demais considerações acerca do objeto do pagamento	261
1.4.2.1	Teoria da imprevisão	262
1.5	Tempo do pagamento.....	262
1.6	Lugar do pagamento.....	263
1.7	Prova do pagamento.....	264
2.	Modalidades especiais de pagamento	265
2.1	Pagamento por consignação.....	265
2.1.1	Hipóteses que autorizam o pagamento por consignação.....	266
2.1.2	Procedimento da consignação.....	266
2.1.3	Consignação de imóvel ou corpo certo.....	269

2.1.4	Obrigação litigiosa	269
2.2	Pagamento com sub-rogação	270
2.2.1	Sub-rogação legal	270
2.2.2	Sub-rogação convencional	271
2.3	Imputação do pagamento	272
2.4	Dação em pagamento	272
5.	Inexecução das Obrigações (arts. 389 a 406)	279
1.	Inadimplemento absoluto.....	279
1.1	Impossibilidade da execução por caso fortuito ou força maior	280
1.2	Impossibilidade da execução por fato imputável ao sujeito	281
1.3	Impossibilidade da execução em contrato gratuito e em contrato oneroso	281
2.	Perdas e danos.....	283
3.	Mora	284
3.1	Mora do devedor.....	286
3.1.1	Incidência da cláusula penal	287
3.1.2	Responsabilidade pelas perdas e danos	287
3.1.3	Agravação da responsabilidade pela impossibilidade da prestação	288
3.2	Mora do credor.....	289
3.3	Purgação da mora	290
4.	Cláusula penal.....	290
4.1	Cláusula penal em obrigação divisível e obrigação indivisível	292
4.2	Multa compensatória.....	292
4.3	Multa moratória	292
4.4	Cláusula penitencial e arras	293
6.	Extinção das Obrigações sem Pagamento (arts. 360 a 384)	297
1.	Novação	297
1.1	Diferença entre novação objetiva e dação em pagamento.....	297
1.2	Requisitos para a configuração da novação.....	298
1.2.1	Existência de obrigação anterior	298
1.2.2	Consentimento	299
1.2.3	Surgimento de obrigação nova	299
1.2.4	Ânimo de novar	299
1.3	Novação subjetiva passiva.....	300
1.3.1	Novação por expromissão	300
1.3.2	Novação por delegação.....	300
1.4	Novação subjetiva ativa.....	300

1.5	Novação objetiva	300
1.6	Efeitos da novação	301
2.	Compensação	301
2.1	Natureza da compensação	301
2.2	Requisitos para configuração da compensação	304
2.3	Casos de impossibilidade de compensação	305
2.3.1	Impossibilidade de compensação em razão da causa da dívida....	305
2.3.2	Impossibilidade de compensação em prejuízo de direito de terceiro	306
2.4	Compensação de dívida de terceiros	306
2.5	Compensação de dívidas pagáveis em lugares diversos.....	307
2.6	Compensação de crédito cedido	307
2.7	Compensação múltipla.....	307
3.	Confusão	307
4.	Remissão	308
5.	Transação.....	309
5.1	Requisitos para a configuração da transação	309
5.2	Objeto da transação	311
5.3	Eficácia da transação	311
5.4	Invalidade da transação.....	312
5.4.1	Nulidade da transação	312
5.4.2	Anulabilidade da transação.....	313
5.5	Cláusula penal na transação	313
6.	Compromisso.....	313
7.	Transmissão das Obrigações (arts. 286 a 303)	317
1.	Cessão de crédito	317
1.1	Créditos passíveis e privados de cessão.....	317
1.2	Eficácia da cessão de crédito	318
1.3	Múltiplas cessões.....	320
2.	Assunção de dívida.....	320
8.	Responsabilidade Civil Extracontratual (arts. 186 a 188 e 927 a 954)	323
1.	Fundamento da reparação civil	323
2.	Características da responsabilidade civil.....	325
3.	Modalidades de responsabilidade civil	326
3.1	Responsabilidade civil por culpa (responsabilidade subjetiva)	326
3.2	Responsabilidade civil independente de culpa (responsabilidade objetiva)	327

4.	Requisitos configuradores da responsabilidade civil.....	328
4.1	Ato.....	329
4.1.1	Análise objetiva da culpa.....	330
4.1.2	Ato ilícito por abuso de direito.....	330
4.2	Dano	331
4.2.1	Dano material.....	332
4.2.2	Dano moral	332
4.2.3	Dano estético	334
4.2.4	Dano social.....	334
4.2.5	Dano existencial	335
4.2.6	Perda de uma chance	336
4.2.7	Lucro da intervenção	343
4.3	Nexo de causalidade	344
4.3.1	Teoria da equivalência dos antecedentes.....	345
4.3.2	Teoria da causalidade adequada.....	345
4.3.3	Teoria da causalidade alternativa	347
4.4	Excludentes de responsabilidade	347
4.4.1	Fato exclusivo da vítima	347
4.4.2	Fato de terceiro	348
4.4.3	Caso fortuito e força maior	350
4.5	Concorrência de causas.....	351
5.	Casos de responsabilidade independente de culpa no Código Civil.....	351
5.1	Responsabilidade por fato próprio	352
5.1.1	Responsabilidade da pessoa que agiu em estado de necessidade....	352
5.1.2	Responsabilidade do incapaz.....	352
5.2	Responsabilidade por fato de terceiro.....	353
5.2.1	Responsabilidade do responsável pelo incapaz.....	354
5.2.2	Responsabilidade do empregador ou comitente	355
5.2.3	Responsabilidade do hospedeiro.....	356
5.2.4	Responsabilidade do beneficiado por produto de crime	356
5.2.5	Responsabilidade do morador de edifício	357
5.3	Responsabilidade pelo fato da coisa	357
5.3.1	Responsabilidade pelo fato do animal.....	357
5.3.2	Responsabilidade pelo fato do edifício ou construção.....	358
6.	Dever de indenizar e valor da indenização	358
7.	Indenização e pensionamento	361
7.1	Alimentos indenizatórios em caso de falecimento.....	361
7.2	Indenização por lesão à saúde e por inabilitação ou redução da capacidade laborativa da vítima.....	363

Parte III

Direito dos Contratos

1. Noção de Contrato.....	369
1. Contrato, necessidade e vontade	369
2. Histórico da noção de contrato	370
3. Conceito de contrato e suas características.....	371
4. Requisitos de validade.....	372
5. Eficácia dos contratos	373
2. Princípios Informadores do Direito dos Contratos (arts. 421, 422 e 2.035).....	375
1. Princípio da autonomia privada	375
2. Princípio do consensualismo	378
3. Princípio da obrigatoriedade	378
4. Princípio da supremacia da ordem pública.....	380
5. Princípio da boa-fé.....	380
5.1 Desdobramentos do princípio da boa-fé	382
5.1.1 Vedação do <i>venire contra factum proprium</i>	382
5.1.2 <i>Supressio</i>	384
5.1.3 <i>Surrectio</i>	384
5.1.4 Vedação da <i>tu quoque</i>	385
5.1.5 <i>Duty to mitigate the loss</i>	386
5.2 Boa-fé objetiva e teoria da aparência.....	387
6. Fundamento da princiologia: função social dos contratos.....	388
7. Diálogo das fontes	390
3. Formação dos Contratos	393
1. Manifestação positiva e inequívoca de vontade.....	393
2. Etapas da formação dos contratos.....	394
2.1 Negociações preliminares	394
2.1.1 Responsabilidade civil na fase das negociações preliminares ..	395
2.2 Proposta	397
2.2.1 Distinção entre proposta e negociações preliminares	397
2.2.2 Obrigatoriedade da proposta.....	397
2.2.3 Proposta entre presentes e proposta entre ausentes.....	398
2.3 Aceitação	399
2.3.1 Aceitação da proposta entre ausentes.....	399
2.3.1.1 Lugar da celebração do contrato entre ausentes.....	400
3. Contrato preliminar	401

4. Contratos Peculiares	403
1. Estipulação em favor de terceiro	403
2. Promessa de fato de terceiro.....	403
3. Contrato com pessoa a declarar.....	404
4. Contrato consigo mesmo.....	405
5. Classificação dos Contratos.....	407
1. Contrato típico e atípico	407
2. Contrato consensual, formal e real.....	408
3. Contrato bilateral e unilateral	408
4. Contrato gratuito e oneroso	408
5. Contrato comutativo, preestimado e aleatório	410
5.1 Disciplina legal do contrato aleatório	411
6. Contrato de execução imediata e de execução diferida.....	412
7. Contrato por adesão.....	412
6. Disciplina Especial dos Contratos Bilaterais e Onerosos	415
1. Disciplina especial dos contratos bilaterais.....	415
1.1 Exceção do contrato não cumprido.....	415
1.2 Cláusula resolutiva.....	417
1.3 Arras	418
1.3.1 Arras confirmatórias.....	418
1.3.2 Arras penitenciais.....	419
2. Disciplina especial dos contratos onerosos.....	419
2.1 Vícios redibitórios.....	419
2.1.1 Ações edilícias e direitos decorrentes do vício redibitório	420
2.1.2 Decadência dos direitos à redibição e ao abatimento do preço.....	421
2.2 Evicção.....	423
2.2.1 Responsabilidade pela evicção.....	424
2.2.2 Denúncia da lide ao alienante.....	425
7. Extinção dos Contratos sem Cumprimento	429
1. Resolução	429
2. Resilição	430
2.1 Resilição bilateral	431
2.2 Resilição unilateral	431
2.2.1 Denúncia	431
2.2.2 Revogação e renúncia	432

2.2.3	Resgate	433
3.	Rescisão.....	433
8.	Dirigismo Contratual	437
1.	Imposição da contratação.....	437
2.	Imposição ou proibição de cláusulas.....	437
3.	Revisão contratual	437
3.1	Teoria da imprevisão	438
3.2	Teoria da onerosidade excessiva	439
3.3	Requisitos para a revisão contratual por aplicação das teorias da imprevisão e da onerosidade excessiva.....	440
3.4	Revisão contratual por aplicação do princípio da função social do contrato.....	441
9.	Contratos Tipificados no Código Civil (arts. 481 a 839).....	445
1.	Compra e venda (arts. 481 a 532).....	445
1.1	Conceito e caracterização jurídica.....	445
1.1.1	Objeto	446
1.1.2	Preço	447
1.1.3	Tradição e despesas com a transferência da propriedade	448
1.1.4	Venda de ascendente a descendente	449
1.1.5	Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	451
1.2	Cláusulas especiais da compra e venda.....	452
1.2.1	Retrovenda	452
1.2.2	Venda a contento	452
1.2.3	Venda sujeita a prova	453
1.2.4	Preempção ou preferência.....	454
1.2.4.1	Direito de preferência entre condôminos	455
1.2.5	Venda com reserva de domínio.....	456
1.3	Venda sobre documentos.....	457
2.	Troca (art. 533).....	457
2.1	Conceito e considerações gerais.....	457
2.2	Caracterização jurídica	458
3.	Contrato estimatório (arts. 534 a 537).....	458
3.1	Conceito e considerações gerais.....	458
3.2	Caracterização jurídica	459
4.	Doação (arts. 538 a 564)	460
4.1	Conceito e caracterização jurídica.....	460
4.2	Aceitação	461

4.3	Espécies	462
4.3.1	Doação remuneratória.....	462
4.3.2	Doação como adiantamento de herança.....	462
4.3.3	Doação entre cônjuges e anulabilidade da doação feita pelo cônjuge adúltero ao amante	463
4.3.4	Subvenção periódica	464
4.3.5	Cláusula de reversão – doação com condição resolutiva.....	464
4.3.6	Doação feita em contemplação de casamento futuro.....	465
4.3.7	Doação com encargo.....	465
4.3.8	Doação a entidade futura	465
4.4	Nulidade da doação que priva o doador do necessário à sua subsistência....	465
4.5	Responsabilidade do doador	465
4.6	Doação a mais de um donatário em comum	466
4.7	Revogação da doação	466
5.	Locação (arts. 565 a 578)	469
5.1	Conceito e caracterização jurídica.....	469
5.1.1	Obrigações do locador.....	470
5.1.2	Obrigações do locatário.....	470
5.1.3	Revisão e resolução em caso de deterioração superveniente da coisa	470
5.1.4	Alienação da coisa locada	470
5.1.5	Uso da coisa.....	471
5.1.6	Realização de benfeitorias.....	471
5.1.7	Garantia da locação.....	471
5.1.8	Resilição da locação	471
5.1.9	Extinção natural da locação	472
5.1.10	Transferência ou extinção <i>causa mortis</i>	472
5.1.11	Transferência por divórcio, separação ou dissolução da união estável do locatário.....	472
5.1.12	Cessão, sublocação e comodato do objeto da locação.....	472
6.	Comodato (arts. 579 a 585)	473
6.1	Conceito e caracterização jurídica.....	473
6.1.1	Obrigações do comodatário.....	474
6.1.2	Responsabilidade pelos riscos e benfeitorias.....	474
6.1.3	Responsabilidade solidária.....	475
6.1.4	Despesas com a coisa	475
6.1.5	Prazo e extinção do comodato	475
6.1.6	Situações de vedação do comodato e possibilidade de inclusão de finalidade.....	476

7. Mútuo (arts. 586 a 592).....	477
7.1 Conceito e caracterização jurídica.....	477
7.1.1 Transmissão da propriedade ao mutuário	478
7.1.2 Exigência de garantia posterior	478
7.1.3 Juros e capitalização	478
7.1.4 Prazo e extinção do mútuo	479
7.1.5 Empréstimo a pessoa menor.....	479
8. Prestação de serviços (arts. 593 a 609).....	479
8.1 Conceito e caracterização jurídica.....	479
8.1.1 Objeto da prestação de serviços	480
8.1.2 Natureza da prestação do serviço.....	480
8.1.3 Prazo e extinção da prestação de serviço	480
8.1.4 Remuneração	481
8.1.5 Caráter personalíssimo do contrato.....	481
8.1.6 Habilitação do prestador	482
8.1.7 Aliciamento do prestador.....	482
8.1.8 Assinatura do contrato a rogo	482
9. Empreitada (arts. 610 a 626)	482
9.1 Conceito e caracterização jurídica.....	483
9.1.1 Empreitada de labor e empreitada de materiais	483
9.1.2 Empreitada de projeto, empreitada de obra e fiscalização.....	483
9.1.3 Obra que se realiza em partes distintas ou por medida	484
9.1.4 Verificação da obra concluída.....	484
9.1.5 Revisão do preço	485
9.1.6 Suspensão da obra	485
9.1.7 Extinção da empreitada.....	485
10. Depósito (arts. 627 a 652).....	485
10.1 Conceito e caracterização jurídica.....	485
10.1.1 Depósito voluntário	486
10.1.1.1 Obrigações e responsabilidade do depositário	486
10.1.1.2 Alienação da coisa depositada pelo herdeiro do depositário	487
10.1.1.3 Extinção do depósito.....	487
10.1.1.4 Vedação do uso da coisa e depósito celebrado pelo depositário com terceiro.....	488
10.1.1.5 Depósito irregular	488
10.1.2 Depósito necessário	488

10.1.3	Depositário infiel.....	489
11.	Mandato (arts. 653 a 692).....	489
11.1	Conceito e caracterização jurídica.....	489
11.1.1	Mandato e procuração.....	490
11.1.2	Representação e outorga de poderes.....	490
11.1.3	Atos que podem ser objeto de mandato.....	491
11.1.4	Capacidade para celebrar mandato.....	491
11.1.5	Obrigações do mandatário.....	492
11.1.6	Obrigações do mandante	493
11.1.7	Direito de retenção.....	493
11.1.8	Extinção do mandato.....	493
12.	Comissão (arts. 693 a 709)	494
12.1	Conceito e considerações gerais.....	494
12.2	Caracterização jurídica	495
13.	Agência e distribuição (arts. 710 a 721).....	495
13.1	Conceito e considerações gerais.....	495
13.2	Caracterização jurídica	496
14.	Corretagem (arts. 722 a 729).....	496
14.1	Conceito e considerações gerais.....	496
14.2	Caracterização jurídica	497
15.	Transporte (arts. 730 a 756).....	497
15.1	Conceito e caracterização jurídica.....	497
15.1.1	Transporte cumulativo	498
15.1.2	Transporte de pessoas.....	498
15.1.3	Transporte de coisas.....	500
16.	Seguro (arts. 757 a 802)	501
16.1	Conceito e caracterização jurídica.....	501
16.1.1	Capacidade especial para ser segurador.....	501
16.1.2	Nomenclatura peculiar do seguro.....	501
16.1.3	Proposta e determinação do interesse protegido e dos riscos..	502
16.1.4	Mora do segurado	502
16.1.5	Boa-fé no seguro.....	503
16.1.6	Sinistro e indenização.....	504
16.1.7	Beneficiário do seguro.....	505
16.1.8	Seguro de dano	505
16.1.8.1	Pluralidade de seguros	505
16.1.8.2	Risco.....	505
16.1.8.3	Boa-fé.....	506
16.1.8.4	Sinistro e indenização	506
16.1.8.5	Transferência do seguro.....	506

16.1.9	Seguro de pessoa	507
16.1.9.1	Seguro de grupo.....	507
16.1.9.2	Impossibilidade de sub-rogação do segurador	507
16.1.9.3	Seguro da vida de terceiro	507
16.1.9.4	Beneficiário	508
16.1.9.5	Prêmio e indenização.....	508
16.2	Questões jurisprudenciais sobre o contrato de seguro	509
16.2.1	Cobertura para o caso de suicídio e de doença preexistente....	509
16.2.2	Cobertura para o caso de embriaguez.....	510
17.	Constituição de renda (arts. 803 a 813).....	511
17.1	Conceito e considerações gerais.....	511
17.2	Caracterização jurídica	511
18.	Jogo e aposta (arts. 814 a 817).....	512
18.1	Conceito e considerações gerais.....	512
18.2	Caracterização jurídica	512
19.	Fiança (arts. 818 a 839)	513
19.1	Conceito, caracterização jurídica e considerações gerais	513
19.1.1	Benefício de ordem e solidariedade.....	513
19.1.2	Cofiança.....	514
19.1.3	Direito de regresso contra o devedor.....	514
19.1.4	Prazo da fiança.....	514
19.1.5	Extinção da fiança	515
10.	Atos Unilaterais (arts. 854 a 886).....	527
1.	Promessa de recompensa (arts. 854 a 860).....	527
2.	Gestão de negócios	528
2.1	Deveres e responsabilidade do gestor	528
2.2	Obrigações do dono do negócio	529
3.	Enriquecimento sem causa.....	530
3.1	Teorias sobre o enriquecimento sem causa	531
3.2	Ação de enriquecimento sem causa	532
4.	Pagamento indevido.....	533
4.1	Melhoramentos, acréscimos e deteriorações da coisa recebida indevidamente	534
4.2	Entrega indevida de imóvel	534
4.3	Pagamento indevido ao acipiente que era credor de outro devedor.....	535
4.4	Cumprimento de obrigação de fazer indevida.....	535
4.5	Irrepetibilidade da dívida oriunda de obrigação prescrita ou natural...	535
4.6	Irrepetibilidade do que se pagou em caso de obrigação que tenha objeto ilícito ou imoral.....	535

Parte IV

Direito das Coisas

1. Noção de Direito Real	539
2. Posse (arts. 1.196 a 1.224).....	543
1. Teorias sobre a posse.....	543
1.1 Teoria subjetivista	543
1.2 Teoria objetivista.....	545
1.2.1 Posse e utilização econômica da propriedade	546
1.2.2 Proteção possessória na teoria objetivista.....	546
1.2.3 Extensão da proteção possessória na teoria objetivista.....	547
1.2.4 Detenção na teoria objetivista	548
1.3 Comparativo entre as teorias subjetivista e objetivista	549
1.4 A posse no Direito brasileiro.....	549
2. Natureza jurídica da posse	549
3. Situações de posse.....	552
3.1 A posse na ocupação	552
3.2 A posse na tradição.....	553
3.3 A posse na usucapião.....	554
3.4 A posse dos interditos	555
4. Classificação da posse	555
4.1 Posse jurídica e posse natural.....	555
4.2 Posse justa e posse injusta.....	556
4.2.1 Caráter temporário e convalidação da violência e da clandestinidade.....	557
4.3 Posse nova e posse velha	559
4.4 Posse com justo título e sem justo título.....	560
4.5 Posse de boa-fé e de má-fé.....	561
4.6 Posse direta e posse indireta.....	562
4.7 Composse.....	563
4.8 Posse <i>ad usucapionem</i>	564
4.9 Posse <i>ad interdicta</i>	564
5. Detenção.....	564
5.1 Detenção no art. 1.198 – o servidor ou fâmulo da posse.....	565
5.1.1 Autoproteção.....	565
5.2 Detenção no art. 1.208 – os casos de mera permissão ou tolerância	565
5.3 Detenção e posse natural	566

6. Direito de inércia possessória e direito de possuir.....	567
7. Função social da posse.....	569
8. Objeto da posse.....	570
8.1 Considerações acerca da posse de servidões.....	571
9. Aquisição e perda da posse.....	572
9.1 Aquisição da posse.....	572
9.1.1 Aquisição originária.....	573
9.1.2 Aquisição derivada.....	574
9.2 Quem pode adquirir a posse.....	574
9.3 Aquisição a título universal e a título singular.....	575
9.4 Extensão da aquisição da posse das coisas imóveis.....	576
9.5 Perda da posse.....	576
9.5.1 Derrelicção.....	576
9.5.2 Tradição.....	577
9.5.3 Esbulho.....	577
9.5.4 Destruição.....	578
10. Efeitos da posse.....	578
10.1 Proteção possessória.....	578
10.1.1 Legítima defesa da posse.....	579
10.1.2 Ação de reintegração de posse.....	580
10.1.3 Ação de manutenção de posse.....	583
10.1.4 Interdito proibitório.....	583
10.1.5 Outras considerações acerca das ações possessórias.....	584
10.1.5.1 Fungibilidade das ações possessórias.....	584
10.1.5.2 Natureza dúplice das ações possessórias.....	584
10.1.5.3 Exceção de domínio.....	585
10.1.5.4 Pedidos cumulados.....	585
10.1.5.5 Manutenção provisória na posse.....	586
10.1.5.6 Ajuizamento de ação possessória em face de terceiro...	586
10.1.5.7 Nomeação à autoria – ilegitimidade do réu.....	587
10.2 Percepção dos frutos.....	587
10.3 Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa.....	589
10.4 Indenização pelas benfeitorias.....	589
10.5 Usucapião.....	590
3. Propriedade (arts. 1.228 a 1.368-A).....	595
1. Conceito de propriedade.....	595
2. Poderes da propriedade.....	596
2.1 Poder de usar.....	596

2.2	Poder de fruir	596
2.3	Poder de dispor	597
2.4	Poder de reivindicar	597
2.5	Direito de possuir.....	597
3.	Fundamento da propriedade.....	597
3.1	Teoria da ocupação	597
3.2	Teoria do trabalho.....	598
3.3	Teoria da lei.....	598
3.4	Teoria do instinto de conservação	598
4.	Função social da propriedade	598
5.	Propriedade plena e propriedade limitada.....	601
6.	Extensão da propriedade do solo	601
7.	Aquisição da propriedade dos bens imóveis.....	602
7.1	Registro do título translativo	602
7.2	Usucapião.....	603
7.2.1	Fundamento da usucapião	604
7.2.2	Elementos configuradores.....	604
7.2.2.1	Posse <i>ad usucapionem</i>	605
7.2.2.2	Lapso temporal prescrito em lei	608
7.2.3	Modalidades de usucapião	609
7.2.3.1	Usucapião extraordinária	609
7.2.3.2	Usucapião ordinária	610
7.2.3.3	Usucapião especial urbana	614
7.2.3.4	Usucapião especial urbana coletiva.....	616
7.2.3.5	Usucapião especial rural.....	618
7.2.3.6	Usucapião social indenizada	619
7.2.3.7	Usucapião por abandono do lar.....	621
7.2.4	Procedimentos de usucapião	623
7.3	Acessão	626
7.3.1	Formação de ilhas	626
7.3.2	Aluvião.....	629
7.3.3	Avulsão	629
7.3.4	Abandono de álveo.....	630
7.3.5	Plantações e construções.....	631
8.	Aquisição da propriedade dos bens móveis	632
8.1	Tradição.....	633
8.1.1	Tradição nua e tradição por quem não é dono.....	634
8.2	Ocupação	635
8.3	Achado do tesouro.....	636

8.4	Especificação	637
8.5	Confusão, comistão e adjunção	637
8.6	Usucapião.....	639
8.6.1	Usucapião ordinária.....	639
8.6.2	Usucapião extraordinária	639
9.	Descoberta ou invenção.....	640
10.	Perda da propriedade	641
10.1	Alienação.....	641
10.2	Renúncia	641
10.3	Abandono.....	642
10.4	Perecimento da coisa	642
10.5	Desapropriação	643
11.	Condomínio	643
11.1	Condomínio voluntário	644
11.1.1	Direitos dos condôminos	645
11.1.2	Deveres dos condôminos	646
11.1.3	Administração do condomínio voluntário	647
11.2	Condomínio necessário	647
11.3	Condomínio edilício	648
11.3.1	Natureza jurídica do condomínio edilício	648
11.3.2	Condomínio de lotes – condomínio edilício em loteamento fechado.....	650
11.3.2.1	Polêmica anterior à Lei 13.465/2017 e as associações....	650
11.3.3	Instituição, constituição e regulamentação do condomínio edilício	651
11.3.4	Direitos e deveres dos condôminos	652
11.3.5	Realização de obras	655
11.3.6	Despesas condominiais: aspectos relacionados à cobrança.....	656
11.3.7	Administração do condomínio edilício	657
11.3.8	Extinção do condomínio.....	659
11.4	Condomínio em multipropriedade ou com posse compartilhada	660
11.4.1	Conceito e origem do condomínio em multipropriedade.....	660
11.4.2	Características do condomínio em multipropriedade	661
11.4.3	Instituição do condomínio em multipropriedade	661
11.4.4	Direitos e deveres dos condôminos multiproprietários.....	662
11.4.5	Transmissão dos direitos decorrentes do condomínio em multipropriedade.....	663
11.4.6	Administração do condomínio em multipropriedade	664
11.4.7	Condomínio em multipropriedade em condomínio edilício..	664

11.5	Fundos de investimento	667
12.	Direitos de vizinhança	668
12.1	Uso da propriedade.....	669
12.2	Árvores limítrofes	669
12.3	Passagem forçada	670
12.4	Passagem de cabos e tubulações	672
12.5	Águas	672
12.6	Limites entre prédios	673
12.7	Construção.....	674
13.	Propriedade resolúvel.....	676
14.	Propriedade fiduciária	676
14.1	Especificidades em relação à propriedade fiduciária de veículos.....	678
4.	Direitos Reais sobre a Coisa Alheia (arts. 1.369 a 1.510)	689
1.	Direitos reais de uso e fruição.....	689
1.1	Superfície	689
1.1.1	Direitos e deveres do superficiário e do concedente	690
1.1.2	Extinção da superfície.....	690
1.2	Servidão.....	691
1.2.1	Classificação da servidão.....	691
1.2.2	Direitos e deveres decorrentes da servidão.....	692
1.2.3	Extinção das servidões.....	693
1.3	Usufruto	693
1.3.1	Classificação do usufruto	694
1.3.2	Direitos e deveres do usufrutuário.....	695
1.3.3	Extinção do usufruto	696
1.4	Uso	697
1.5	Habitação	697
1.6	Laje.....	697
1.7	Enfiteuse.....	699
2.	Direito real de aquisição	700
3.	Direitos reais de garantia	700
3.1	Normas gerais incidentes sobre os direitos reais de garantia.....	701
3.2	Penhor	702
3.2.1	Direitos do credor pignoratício	702
3.2.2	Deveres do credor pignoratício	703
3.2.3	Extinção do penhor.....	703
3.2.4	Penhor rural	704
3.2.5	Penhor industrial e mercantil	705

3.2.6	Penhor de direitos e títulos de crédito	705
3.2.7	Penhor de veículos	706
3.2.8	Penhor legal.....	707
3.3	Hipoteca.....	707
3.3.1	Hipoteca legal	710
3.3.2	Registro da hipoteca.....	710
3.3.3	Extinção da hipoteca.....	711
3.3.4	Hipoteca de vias férreas.....	711
3.4	Anticrese	712

Parte V

Direito de Família

1. Noção de Família	721
1. Conceito de família	721
2. Modelos de família	724
2.1 Família matrimonial.....	724
2.2 Família por união estável entre homem e mulher	725
2.3 Família homoafetiva	726
2.4 Família mosaico	727
2.5 Família monoparental	727
2.6 Família parental.....	727
2.7 Família paralela	728
2.8 Família poliafetiva.....	730
2. Princípios Informadores do Direito de Família	733
1. Princípio da dignidade da pessoa humana	734
2. Princípio da pluralidade dos modelos de família.....	734
3. Princípio do livre planejamento familiar.....	735
4. Princípio do melhor interesse do menor	735
3. Casamento (arts. 1.511 a 1.582 e 1.639 a 1.688).....	737
1. Conceito e natureza jurídica do casamento	737
2. Modalidades de casamento-ato	738
2.1 Casamento civil.....	738
2.2 Casamento religioso	738
2.3 Casamento homoafetivo	739
2.4 Casamento por mandatário.....	741

2.5	Casamento nuncupativo	741
2.6	Casamento consular	742
2.7	Casamento putativo.....	742
2.8	Casamento estrangeiro.....	742
3.	Capacidade para casar.....	743
4.	Impedimentos ao casamento	744
4.1	Impedimentos dirimentes.....	744
4.1.1	Impedimentos dirimentes públicos (causas impeditivas).....	744
4.1.1.1	Impedimento do incesto.....	745
4.1.1.2	Impedimento da bigamia	745
4.1.1.3	Impedimento do favorecimento do homicídio	745
4.1.2	Impedimentos dirimentes privados.....	746
4.1.2.1	Ausência de idade mínima	746
4.1.2.2	Ausência de autorização	746
4.1.2.3	Erro e coação.....	746
4.1.2.4	Incapacidade de consentir ou de manifestar inequivocamente o consentimento	747
4.1.2.5	Revogação do mandato.....	747
4.2	Impedimentos impeditivos (causas suspensivas).....	747
4.2.1	Morte do cônjuge	748
4.2.2	Presunção de paternidade	748
4.2.3	Divórcio, pendente partilha de bens.....	748
4.2.4	Exercício e prestação de contas da tutela ou curatela.....	749
5.	Habilitação para o casamento	749
5.1	Apresentação de documentos.....	749
5.2	Proclamas (edital)	750
5.3	Registro	750
5.4	Extração de certificado.....	750
6.	Celebração do casamento	751
7.	Provas do casamento.....	753
7.1	Posse do estado de casados.....	753
7.2	<i>In dubio pro matrimonio</i>	753
7.3	Sentença declaratória do casamento	754
8.	Invalidade do casamento	754
8.1	Causas de nulidade	754
8.2	Causas de anulabilidade.....	755
8.2.1	Casamento do menor de dezesseis anos.....	755

8.2.2	Casamento do menor em idade núbil, sem autorização	755
8.2.3	Erro ou coação	756
8.2.3.1	Erro	756
8.2.3.2	Coação	757
8.2.4	Incapacidade de consentir ou manifestar o consentimento	758
8.2.5	Revogação do mandato	758
8.2.6	Incompetência da autoridade celebrante	758
9.	Efeitos do casamento	759
9.1	Direitos referentes à direção da sociedade conjugal e da família	760
9.2	Direito de acrescer o sobrenome do cônjuge ao seu	760
9.3	Deveres dos cônjuges	761
9.3.1	Dever de fidelidade recíproca	761
9.3.2	Dever de vida em comum no domicílio conjugal	762
9.3.3	Dever de mútua assistência	764
9.3.4	Dever de sustento, guarda e educação dos filhos	764
9.3.5	Dever de respeito e consideração mútuos	764
10.	Regimes de bens	764
10.1	Pacto antenupcial	765
10.2	Regime de comunhão parcial	766
10.2.1	Bens excluídos da comunhão no regime da comunhão parcial	767
10.2.1.1	Bens anteriores ao casamento	767
10.2.1.2	Bens havidos por doação ou sucessão	767
10.2.1.3	Bens sub-rogados	768
10.2.1.4	Obrigações anteriores ao casamento	768
10.2.1.5	Obrigações provenientes de atos ilícitos	768
10.2.1.6	Bens de uso pessoal	769
10.2.1.7	Livros e instrumentos de profissão	769
10.2.1.8	Renda do trabalho	770
10.2.1.9	Pensões e rendas semelhantes	770
10.2.1.10	Bens cuja causa de aquisição é anterior ao casamento ..	773
10.2.2	Bens incluídos na comunhão no regime da comunhão parcial ...	774
10.2.2.1	Bens adquiridos onerosamente na constância do casamento	774
10.2.2.2	Bens adquiridos por fato eventual	774
10.2.2.3	Bens transferidos a ambos os cônjuges	774
10.2.2.4	Benfeitorias em bens particulares	775
10.2.2.5	Frutos	775
10.2.3	Administração do patrimônio comum	775

10.3	Regime da comunhão universal.....	776
10.3.1	Bens excluídos da comunhão universal	776
10.3.1.1	Bens transferidos com cláusula de incomunicabilidade	776
10.3.1.2	Bens gravados de fideicomisso	777
10.3.1.3	Dívidas anteriores ao casamento.....	777
10.3.1.4	Bens havidos por doação antenupcial gravada de incomunicabilidade.....	777
10.3.1.5	Bens de uso pessoal, livros e instrumentos de profissão, proventos de trabalho e pensões.....	778
10.3.2	Comunicação dos frutos	779
10.3.3	Administração dos bens	779
10.4	Regime da participação final nos aquestos.....	780
10.4.1	Controle contábil dos bens.....	781
10.4.1.1	Doações.....	781
10.4.1.2	Alienações.....	781
10.4.1.3	Pagamentos de dívidas.....	782
10.4.1.4	Dívidas posteriores ao casamento	782
10.4.1.5	Bens adquiridos pelo esforço comum.....	782
10.4.2	Propriedade dos bens móveis e imóveis.....	782
10.4.3	Meação dos aquestos.....	783
10.5	Regime da separação de bens	784
10.5.1	Separação obrigatória	784
10.5.1.1	Casamentos que violem impedimentos impedientes....	784
10.5.1.2	Casamento de pessoa maior de setenta anos	785
10.5.1.3	Casamento de pessoa que dependa de suprimento judicial.....	786
10.5.2	Consequências da separação de bens	786
10.5.3	Discussão acerca da comunicabilidade ou não dos aquestos no regime da separação legal, e da exigência de prova de esforço comum	786
10.6	Vigência e alteração do regime de bens	787
10.7	Atos que os cônjuges podem livremente praticar independentemente do regime de bens	789
10.7.1	Atos relativos à profissão	789
10.7.2	Atos de administração dos bens particulares	789
10.7.3	Atos referentes a bens imóveis gravados ou alienados sem o seu consentimento.....	789
10.7.4	Atos extintivos de doação, fiança ou aval.....	789

10.7.5	Atos de reivindicação de bens doados ou transferidos ao concubino	790
10.7.6	Atos não vedados expressamente	790
10.7.7	Atos de aquisição das coisas necessárias à economia doméstica.....	790
10.8	Atos vedados aos cônjuges sem autorização do outro, salvo no regime da separação absoluta	791
10.8.1	Alienação e gravação de bens imóveis.....	791
10.8.2	Atuação em demandas sobre bens imóveis.....	791
10.8.3	Prestação de fiança ou aval	791
10.8.4	Doação não remuneratória	792
10.9	Impossibilidade de o cônjuge exercer a administração dos bens que lhe incumbe.....	792
10.10	Posse dos bens particulares do cônjuge	792
11.	Extinção da sociedade e dissolução do vínculo conjugal	793
11.1	Divórcio.....	794
11.1.1	Ação de divórcio.....	796
11.2	Separação	797
11.2.1	Ação de separação	799
11.3	Separação de fato	799
11.4	Guarda dos filhos.....	799
11.5	Alimentos.....	800
4.	União Estável (arts. 1.723 a 1.727).....	809
1.	Caracterização da união estável.....	811
1.1	União estável e namoro qualificado	813
2.	Disciplina da união estável.....	815
2.1	Particularidades sobre as questões patrimoniais que envolvem a união estável	817
3.	Reconhecimento e dissolução de união estável	819
5.	Parentesco (arts. 1.591 a 1.638 e 1.689 a 1.693)	821
1.	Filiação.....	824
1.1	Histórico da disciplina da filiação	824
1.2	Proibição da discriminação	824
1.3	Presunção de paternidade dos filhos da mulher casada.....	824
1.3.1	Filhos nascidos após o casamento.....	825
1.3.2	Filhos nascidos em até trezentos dias após a extinção da sociedade conjugal	825
1.3.3	Filhos gerados por fecundação artificial	826

1.4	Impugnação da paternidade.....	827
1.5	Impugnação da maternidade.....	827
1.6	Reconhecimento espontâneo de filiação	827
1.6.1	Reconhecimento de filiação socioafetiva	830
1.7	Direito à declaração da identidade dos pais e ação declaratória de filiação....	831
1.7.1	Insusceptibilidade de decadência do direito de impugnar a filiação.....	831
1.7.2	Titularidade do direito à declaração de filiação e legitimidade para ajuizar a ação declaratória	832
1.7.3	Ação declaratória de filiação.....	832
1.7.4	Ação declaratória de paternidade <i>post mortem</i>	834
1.8	Prova da filiação	834
1.9	Multiparentalidade	835
1.10	Abandono afetivo.....	835
2.	Adoção	839
2.1	Quem pode ser adotado e quem pode adotar	840
2.2	Efeitos da adoção	842
2.3	Procedimento da adoção	842
2.4	Adoção à brasileira	842
2.5	Adoção póstuma	843
3.	Autoridade parental (poder familiar)	844
3.1	Exercício da autoridade parental	845
3.1.1	Criação e educação.....	846
3.1.2	Exercício da guarda unilateral ou compartilhada.....	846
3.1.3	Consentimento para o casamento.....	846
3.1.4	Consentimento para viagens ao exterior.....	846
3.1.5	Consentimento para mudança de residência permanente para outro município.....	846
3.1.6	Nomeação de tutor.....	846
3.1.7	Representação e assistência.....	847
3.1.8	Recuperação.....	847
3.1.9	Obediência, respeito e realização de tarefas	847
3.2	Extinção, suspensão e perda da autoridade parental	847
3.2.1	Extinção da autoridade parental	847
3.2.2	Suspensão da autoridade parental.....	848
3.2.3	Perda da autoridade parental.....	848
3.3	Usufruto e administração dos bens dos filhos	849
4.	Guarda dos filhos.....	850
4.1	Aspectos gerais	850
4.2	Guarda compartilhada: peculiaridades e implicações	852

6. Alimentos (arts. 1.694 a 1.710)	861
1. Alimentos naturais, civis, provisórios, provisionais, transitórios, compensatórios, definitivos e gravídicos.....	862
1.1 Alimentos naturais e civis.....	862
1.2 Alimentos provisórios e provisionais.....	862
1.3 Alimentos transitórios.....	862
1.4 Alimentos compensatórios.....	863
1.5 Alimentos definitivos.....	865
1.6 Alimentos gravídicos.....	865
2. Obrigação alimentar.....	868
2.1 Aspectos gerais.....	868
2.2 Alimentos avoengos.....	870
2.3 Maioridade.....	872
2.4 Verbas incidentes sobre os alimentos.....	876
2.5 Inadimplemento da obrigação alimentar: existe justificativa?.....	877
2.6 Execução de alimentos.....	881
7. Bem de Família (arts. 1.711 a 1.722)	885
1. Bem de família legal e bem de família convencional.....	885
1.1 Bem de família legal.....	885
1.2 Bem de família convencional.....	886
2. Disciplina do bem de família.....	886
8. Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada (arts. 1.728 a 1.783-A)	889
1. Tutela.....	889
1.1 Pessoas incapazes de exercer a tutela.....	890
1.2 Escusa dos tutores.....	891
1.3 Exercício da tutela.....	891
1.4 Administração dos bens do menor.....	892
1.5 Destinação dos bens do menor.....	893
1.6 Prestação de contas.....	893
1.7 Cessaçãõ da tutela.....	893
2. Curatela.....	894
2.1 Interdição no CPC/2015.....	895
2.2 Peculiaridades da curatela.....	898
2.3 Curatela do nascituro.....	899
2.4 Exercício da curatela.....	899
2.5 Disposições comuns.....	899
3. Tomada de decisão apoiada.....	901

Parte VI

Direito das Sucessões

1. Noção de Sucessão, Direito Sucessório, Herança e Legado	909
1. Sucessão	909
1.1 Fundamento da sucessão	909
1.2 Crítica da sucessão.....	910
2. Direito sucessório	911
3. Sucessão testamentária e legítima	911
4. Sucessão a título universal e a título singular	912
5. Herança e legado.....	912
5.1 Indivisibilidade da herança.....	912
5.2 Espólio.....	913
6. Pacto sucessório.....	913
7. Planejamento sucessório.....	914
2. Abertura da Sucessão	917
1. Transmissão da herança.....	917
1.1 Pressupostos da transmissão da herança	918
1.1.1 Comoriência	918
1.1.2 Capacidade para suceder.....	919
1.2 Transmissão da posse e o <i>droit de saisine</i>	920
2. Lugar da abertura da sucessão	921
3. Aceitação e renúncia da herança	922
3.1 Aceitação da herança.....	923
3.2 Renúncia da herança	925
3.3 Títulos sucessórios diversos.....	927
3.4 Capacidade para aceitar e renunciar e autorização do cônjuge.....	927
4. Cessão do direito à sucessão aberta	928
5. Herança jacente.....	929
6. Petição de herança.....	930
3. Sucessão Legítima (arts. 1.790, 1.814 a 1.818 e 1.829 a 1.856)	935
1. Herdeiros necessários.....	935
2. Herdeiros legítimos	936
3. Sucessão por cabeça e por estirpe.....	936
3.1 Sucessão por cabeça.....	936
3.2 Sucessão por estirpe.....	937

4.	Direito de transmissão e direito de representação	938
4.1	Direito de transmissão	938
4.2	Direito de representação	939
5.	Ordem de vocação hereditária.....	941
5.1	Primeira ordem de vocação hereditária.....	941
5.1.1	Sucessão dos descendentes.....	941
5.1.2	Sucessão do cônjuge ou companheiro em concorrência com os descendentes	942
5.1.3	Divisão da herança e quinhão mínimo do cônjuge ou companheiro.....	946
5.1.4	Direito real de habitação do cônjuge ou companheiro	948
5.2	Segunda ordem de vocação hereditária	949
5.2.1	Sucessão dos ascendentes.....	949
5.2.2	Sucessão do cônjuge ou companheiro em concorrência com os ascendentes.....	950
5.3	Terceira ordem de vocação hereditária	951
5.4	Quarta ordem de vocação hereditária.....	951
5.4.1	Sucessão dos colaterais de segundo grau	952
5.4.2	Sucessão dos colaterais de terceiro grau.....	953
5.4.3	Sucessão dos colaterais de quarto grau.....	954
6.	Sucessão do companheiro	954
6.1	Polêmicas após a decisão do STF.....	955
6.2	Sucessão do companheiro conforme o art. 1.790	955
7.	Falta de herdeiros legítimos	957
8.	Indignidade do sucessor	957
8.1	Hipóteses de indignidade.....	958
8.1.1	Homicídio doloso tentado ou consumado.....	958
8.1.2	Crime contra a honra.....	958
8.1.3	Ato contrário à liberdade de testar.....	960
8.2	Efeitos da indignidade.....	960
8.2.1	Exclusão da sucessão.....	960
8.2.2	Consideração como morto.....	960
8.2.3	Proibição do usufruto e da administração dos bens ereptícios	961
8.2.4	Exclusão da sucessão dos bens ereptícios	961
8.2.5	Validade das alienações a terceiro de boa-fé e obrigação de indenizar.....	961
8.2.6	Obrigação de restituir os frutos e direito à indenização das despesas de conservação	962
8.3	Reabilitação do indigno	962

8.4	Direito à erepção e ação de exclusão do indigno.....	963
4.	Sucessão Testamentária (arts. 1.857 a 1.990)	967
1.	Histórico da sucessão testamentária	967
2.	Liberdade para testar e capacidade testamentária ativa	968
3.	Capacidade testamentária passiva	968
4.	Noção e formas de testamento.....	970
4.1	Testamentos ordinários.....	971
4.1.1	Testamento público.....	971
4.1.2	Testamento cerrado.....	972
4.1.3	Testamento particular.....	974
4.1.3.1	Testamento hológrafo, excepcional ou emergencial....	975
4.2	Testamentos especiais.....	977
4.2.1	Testamento marítimo.....	977
4.2.2	Testamento aeronáutico	977
4.2.3	Testamento militar	977
4.3	Testamentos conjuntivos.....	978
4.3.1	Testamento simultâneo.....	978
4.3.2	Testamento recíproco.....	978
4.3.3	Testamento correspectivo.....	979
4.4	Codicilo.....	979
5.	Disposições testamentárias patrimoniais	979
5.1	Instituição de herdeiros e legatários	980
5.2	Substituição de herdeiros e legatários	980
5.2.1	Substituição vulgar	980
5.2.2	Substituição recíproca.....	981
5.2.3	Substituição recíproca cumulada com vulgar.....	981
5.2.4	Substituição fideicomissária	981
5.3	Distribuição da herança entre os herdeiros.....	983
5.4	Erro na identificação do herdeiro ou legatário ou na determinação do objeto do legado	983
5.5	Disposições patrimoniais nulas	984
5.5.1	Disposição captatória.....	984
5.5.2	Disposição referente a pessoa incerta e indeterminável	984
5.5.3	Disposição referente a pessoa incerta determinável por terceiro..	984
5.5.4	Disposição acerca de legado com valor a determinar	984
5.5.5	Disposição em favor das pessoas vedadas pela lei	985
5.5.6	Demais disposições nulas.....	985
5.6	Disposições patrimoniais válidas.....	985

5.6.1	Disposição referente a pessoa incerta, a ser determinada	985
5.6.2	Disposição remuneratória.....	986
5.6.3	Disposição contumeliosa.....	986
5.7	Redução das disposições patrimoniais.....	986
5.8	Cláusula de inalienabilidade.....	987
5.9	Disposições testamentárias anuláveis e ineficazes.....	988
6.	Deserdação	988
7.	Legados	988
7.1	Objeto dos legados.....	989
7.1.1	Legado de coisa pertencente ao testador ou que dependa de sub-rogação.....	989
7.1.2	Legado de coisa pertencente ao herdeiro ou outro legatário....	989
7.1.3	Legado de crédito e de quitação	990
7.1.4	Legado de alimentos	990
7.1.5	Legado de usufruto	990
7.2	Pagamento dos legados	990
7.2.1	Legado de coisa certa integrante do acervo	990
7.2.2	Legado de renda ou pensão.....	991
7.2.3	Legado de prestações periódicas	991
7.2.4	Legado de coisa determinada pelo gênero.....	991
7.2.5	Legado alternativo.....	991
7.2.6	Cumprimento dos legados	992
7.3	Caducidade dos legados.....	992
7.3.1	Modificação do objeto	992
7.3.2	Alienação do objeto	993
7.3.3	Precimento ou evicção do objeto	993
7.3.4	Exclusão do legatário da sucessão.....	993
7.3.5	Morte do legatário antes da abertura da sucessão, do imple- mento da condição ou do advento do termo.....	993
8.	Direito de acrescer.....	993
9.	Revogação do testamento	995
10.	Rompimento do testamento.....	996
11.	Invalidez do testamento	996
12.	Testamentaria	997
12.1	Testamenteiro	997
12.2	Exercício da testamentaria.....	998
12.3	Remuneração do testamenteiro	998
5.	Inventário e Partilha (arts. 1.991 a 2.027).....	1005
1.	Histórico do inventário e da partilha.....	1005

2. Inventário.....	1006
2.1 Inventário judicial.....	1006
2.2 Inventário extrajudicial.....	1009
2.3 Administração da herança antes do compromisso do inventariante.....	1011
2.4 Colação.....	1011
2.5 Sonegados	1013
2.6 Pagamento de dívidas.....	1013
3. Partilha.....	1013
3.1 Sobrepartilha	1015
4. Arrolamento.....	1015
Referências Bibliográficas.....	1019